

## **INCLUSÃO DE CRIANÇAS COM TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA NO ESPAÇO ESCOLAR**

### **INCLUSION OF CHILDREN WITH AUTISTIC SPECTRUM DISORDERS IN SCHOOL SPACE**

Jeissiane Tomaz dos Santos Rodrigues<sup>1</sup>

Milena Ramos Pinheiro<sup>2</sup>

Angela Ferreira Lima<sup>2</sup>

#### **RESUMO**

O presente trabalho tem como título inclusão de crianças com transtorno do espectro autista no espaço escolar. Verifica-se que a inclusão do aluno autista não está acontecendo de forma efetiva, pois a escola e os professores, na maioria das vezes, não estão preparados para receber esse aluno. Com isso, o problema de pesquisa é: que condições são necessárias para que a inclusão do aluno autista realmente se efetive no espaço escolar? Este estudo caracteriza-se por uma pesquisa bibliográfica descritiva, desenvolvida a partir de recortes publicados em artigos, livros, leis e no Google acadêmico na área a ser pesquisada, objetivando investigar as condições de trabalho do docente e outras que precisam ser implementadas para a inclusão do aluno autista no espaço escolar. Percebeu-se com esse estudo, a necessidade que ainda há de conscientizar os professores e pais sobre a importância da inclusão do TEA nos espaços escolares, no sentido de levá-los a refletirem e preocuparem-se com tal fator. A falta de conhecimento de muitos constata a realidade vivida hoje nas escolas e nos lares, para incluir de fato o aluno com TEA, pois os professores que estão em docência, na maioria, não conhecem ainda o que é autismo, tampouco possuem especialização na área. Em suma, observou-se que, para acontecer de fato a inclusão, é necessário que, não só a escola, mas outros responsáveis e segmentos sociais cumpram seus devidos papéis nesse processo.

**Palavras-chave:** Autismo; Inclusão; Família; Ambiente escolar.

#### **ABSTRACT**

The title of the present work refers to the inclusion of children with autism spectrum disorder in the school environment. It appears that the inclusion of autistic students is not happening effectively, as the school and teachers, in most cases, are not prepared to receive them. Thus, the research problem is: What conditions are necessary for the inclusion of the autistic student to really take place in the school space? This study is characterized by a descriptive bibliographical research, developed from clippings published in articles, books, laws and Google academic in the area to be researched, aiming to investigate the work conditions for teaching that need to be implemented for the autistic student's inclusion in the school space. It was perceived with this study, the need that still exists to make teachers and parents aware of the importance of including

---

<sup>1</sup> Acadêmica do curso de Pedagogia. Faculdade Guaraí. Guaraí-TO.

<sup>2</sup> Acadêmica do curso de Pedagogia. Faculdade Guaraí. Guaraí-TO.

<sup>3</sup> Prof.<sup>a</sup>. Orientadora, Pedagogia, Mestre em Ciência da Educação, Curso de Pedagogia IESC/FAG, Guaraí-TO. E-mail: afilleao@gmail.com

the ASD in school spaces, to make them reflect and worry about this factor. The lack of knowledge of many in the 21st century confirms the reality experienced today in schools and homes, to include the student with ASD, since most teachers who are teaching do not yet know what autism is, neither have specialization in the area. In short, it was observed that, for inclusion to happen, it is necessary that not only the school, but other responsible parties and social segments fulfill their proper roles in this process.

**Keywords:** Autism; Inclusion; Family; School environment.

## INTRODUÇÃO

Dados das estatísticas norte-americanas do CDC (Central of Disease Control), em uma pesquisa realizada em 2020, demonstraram que o Transtorno do Espectro Autista (TEA) teve um aumento significativo nos últimos anos. Por isso, esse tema tem sido motivo de muitos debates sobre propostas pedagógicas que auxiliam no exercício docente em sala de aula e de toda a equipe escolar na perspectiva de uma educação inclusiva. Ele engloba diferentes condições caracterizadas por perturbações do desenvolvimento neurológico do indivíduo. Três aspectos são de considerável relevância: dificuldades na comunicação, socialização e comportamentos restritos e repetitivos. O autismo afeta a forma com que as pessoas se comunicam, se comportam e se relacionam com as outras e com o mundo ao seu redor. Porém, para muitos, tanto na educação como na sociedade, esse assunto é ainda um conceito desconhecido.

Esta pesquisa desenvolveu estudo sobre a necessidade de incluir crianças com transtorno do espectro autista dentro do espaço escolar na busca de contribuir, além das práticas pedagógicas, com outros elementos que venham criar possibilidades para a integração e interação desses alunos de forma que melhore suas perspectivas de vida.

Quando o assunto é aluno com TEA, observa-se uma grande preocupação (medo, ansiedade) por parte dos professores, de modo que alguns até resistem ao trabalho com tais alunos, pois têm dúvidas do que fazer e do como fazer. Essas inúmeras dificuldades despertaram, inicialmente, interesse e curiosidade pelo tema, reforçado nas aulas de educação inclusiva e na disciplina de Educação Especial, tendo culminando na realização do estágio supervisionado e, principalmente, por experiência e anseio familiar. Todo esse conjunto despertou a curiosidade pelo referido estudo, tornando-se atraente por perceber a necessidade de pesquisas voltadas para a inclusão da criança autista nos espaços escolares. De acordo com as observações realizadas no estágio, já mencionadas anteriormente, verifica-se que a inclusão do aluno autista não está acontecendo de forma efetiva, pois a escola e os professores, em sua maioria, não estão preparados para receber esse aluno. Com isso, o problema de pesquisa é: que condições são necessárias para que a inclusão do aluno autista realmente se efetive no espaço escolar?

Para que ocorra a inclusão do aluno autista é necessário que o educador conheça bem os aspectos do transtorno, assim como os métodos e programas desenvolvidos para auxiliá-los na educação da criança com TEA. O professor deve conhecer também as dinâmicas institucionais estabelecidas para que atue em consonância com elas. Segundo Valle e Maia (2010, p. 17), “a inclusão escolar consiste no processo de adequação da sociedade às necessidades de seus

participantes, para que eles, uma vez incluídos, possam desenvolver-se e exercer plenamente sua cidadania.” Assim, o indivíduo com autismo encontra uma série de dificuldades ao ingressar no espaço escolar e na sociedade, carregando consigo suas peculiaridades. Cabe ao corpo docente procurar meios e recursos que venham facilitar o envolvimento desse aluno nesse espaço. Dessa forma, é necessário trabalhar com intervenções que venham desenvolver a socialização e a interação, para que a criança possa adquirir autonomia e confiança em socializar-se em ambientes diferentes aos de costume. Desse modo, a escola contribuirá para a inclusão do aluno com TEA de forma que ele possa exercer plenamente sua cidadania.

Assim, justifica-se a relevância dessa pesquisa que será de grande importância para a família/escola, no sentido de buscar uma definição do que é o autismo e suas principais características, bem como apontar a necessidade dos profissionais de conhecerem a real necessidade e os tipos específicos de formação continuada voltados para a área do estudo em questão, além de contribuir com fundamentação e sugestões para que escola e família venham trabalhar juntos, na eficiência da qualidade de vida de crianças com TEA, para que haja uma verdadeira inclusão escolar. Dessa forma, abordará sobre: os conceitos e características do TEA; os principais desafios do professor para a inclusão do autista em sala de aula; o papel da família, professores, escola e autoridades no processo de inclusão do aluno autista; e por último, apresentar-se-á algumas metodologias e recursos para inclusão escolar do aluno em questão. Todos esses fatores possibilitarão aos profissionais da educação, pais e familiares de pessoas autistas e a sociedade como um todo, a compreensão sobre o autismo e sobre, como juntos, poderão fazer a diferença na vida dessas pessoas, tanto na sociedade como principalmente no espaço escolar.

Os objetivos específicos deste trabalho foram: apresentar o conceito e as principais características do autismo; conhecer as maiores dificuldades dos professores no processo de inclusão do aluno TEA em sala de aula; defender a importância da família para o processo de inclusão escolar; e, por último, sugerir metodologias e recursos pedagógicos no processo de inclusão dos alunos com TEA para os profissionais escolares. Como objetivo geral teve-se, investigar as condições de trabalho docente e outras que precisam ser implementadas para a inclusão do aluno autista no espaço escolar.

Este estudo caracteriza-se por pesquisa bibliográfica descritiva, desenvolvida a partir de recortes publicados em artigos e livros; em leis (Lei 9.394 de 20 de dezembro de 1996, Lei nº 12.796, de 2013, Lei nº 12.764/2012 - Berenice Piana, Artigo 7 da Convenção da ONU sobre os direitos das pessoas com deficiência); na resolução nº 5/2009 do Conselho nacional de educação (CNE), e em pesquisa no Google acadêmico na área a ser pesquisada, tendo, Silva (2012), Kelman (2010), Oliveira (2008), Cunha (2016) e Correia (2008) como embaixadores principais da pesquisa. Com a leitura dos textos, foram feitos recortes que analisados e compilados serviram de alicerce para novas produções que construíram a presente pesquisa. As literaturas e artigos pesquisados compreendem os anos de 2008 a 2018, todos na Língua Portuguesa. As palavras-chave utilizadas para fazer a busca dos materiais foram: autismo, incluir, família e ambiente escolar.

## **AUTISMO: CONCEITUAÇÃO E CARACTERÍSTICAS**

O Autismo atualmente denominado por TEA (Transtorno do Espectro Autismo), segundo o Manual de Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais (DSM-5), significa uma “condição ou estado de alguém que aparenta estar invulgarmente

absorvido de si próprio.” (MARQUES, 2000, p. 25). Em outras palavras, é alguém que manifesta um comportamento ou estado fechado, com dificuldades em criar e manter relações afetivas. Belisário Filho (2010) indica que esse transtorno se caracteriza pela presença de um desenvolvimento acentuadamente prejudicado na interação social e na comunicação, além de um repertório marcadamente restrito de atividades e de interesses. As manifestações desse transtorno variam imensamente, a depender do nível de desenvolvimento e idade. Os alunos com TEA apresentam diversas formas de ser e agir, com respostas diferentes entre si. Atualmente, a Associação Americana de Psiquiatria relaciona o diagnóstico por meio das características do TEA composta por: déficit na interação social e comunicação e por comportamentos e interesses restritos e repetitivos (APA, 2014).

É importante destacar que o primeiro médico a falar nesse conjunto de sintomas, nos quais as crianças pareciam viver em um mundo próprio e não interagiam com outros, foi Leo Kanner, em 1943. Para esse estudioso, a causa, de início, vinha a ser culpa da mãe, o termo que explicou essa teoria foi “mães geladeiras”. (BOSA, 2002, p. 22). Ou seja, de como a mãe demonstrava frieza e falta de amor com o filho, levando ao desenvolvimento do transtorno. Anos mais tarde, Kanner percebeu que estava equivocado em sua tese sobre a causa dessa síndrome, tanto que reconheceu publicamente seu erro e veio a dizer que a culpa não era dos pais, mas que em muitos casos os filhos apresentavam esses comportamentos, que também eram dos pais, abrindo uma dúvida sobre possíveis fatores genéticos. Em 1952, o livro DSM-II trouxe pela primeira vez a palavra Autismo, associando os sintomas à esquizofrenia. Porém, a partir de 1980, com o DSM-III, entenderam que a esquizofrenia não tinha nenhuma relação com o autismo e assim houve essa separação, uma vez que no TEA não existem alucinações, mas as repetições são chamadas de ecolalia. Com o DSM-IV, o autismo vinha com várias categorias de classificação, como síndrome de rett, transtorno desintegrativo da infância, transtorno invasivo do desenvolvimento, entre outras possibilidades em que se encaixavam os sintomas. Somente em 2013, no DSM-V, é que essas várias possibilidades para diagnóstico deixam de ser utilizadas, a única e correta classificação é Transtorno do Espectro do Autismo. Geschwind (2009) destaca:

Os autistas apresentam uma ampla gama de severidade e prejuízos, sendo frequentemente a causa de deficiência grave, representando um grande problema de saúde pública. Há uma grande heterogeneidade na apresentação fenotípica do TEA, tanto com relação à configuração e severidade dos sintomas comportamentais.

Nesse sentido, se torna espectro, porque o grau de gravidade varia de pessoas que apresentam um quadro leve, moderado ou severo, desde aquelas que apresentam total independência e dificuldades discretas, até as que serão dependentes para as atividades diárias por toda a vida. Por isso, a importância do diagnóstico cedo, antes dos três anos de idade, onde já é possível perceber os primeiros sintomas, pois a estimulação precoce é que determinará o futuro da criança autista, em termos de desenvolvimento cognitivo, linguagem e habilidades sociais (REICHOW, 2012).

Segundo Orrú (2012, p. 19), ao observar o estudo do psiquiatra Leo Kanner com algumas crianças autistas, elas demonstravam “incapacidade para estabelecer relações com as pessoas, um vasto conjunto de atrasos e alterações na aquisição e no uso da linguagem e uma obsessão em manter o ambiente intacto, acompanhada da tendência a repetir uma sequência limitada de atividades ritualizadas.” Esse estudo

demonstrou as características que se têm hoje, a de que a pessoa com autismo possui atraso significativo na comunicação, dificuldades em criar e manter relações sociais, interesses restritos em atividades ou objetos, comportamentos repetitivos, não mantém contato visual entre outros. Mais de um terço das pessoas com autismo são não verbais, ou seja, não usam a fala para se comunicarem, já outras podem comunicar-se verbalmente. Muitas têm hipersensibilidade às luzes, toques e ruídos fortes, outros têm problemas de coordenação motora, podendo também não entender normas e regras sociais. Alguns terão dificuldades de aprendizagem e precisam de ajuda para aprender. No entanto, é comum que a pessoa com TEA possua boa memória a longo prazo e consiga fazer uso da mesma para perceber certos detalhes, podendo ser gênios em matemática, física, música, artes, etc.

Como o autismo varia de complexidade e grau, o diagnóstico com base no comportamento não é algo simples.

Pessoas com autismo apresentam muitas dificuldades na socialização, com variados níveis de gravidade. Existem crianças com problemas mais severos, que praticamente se isolam em um mundo impenetrável; outras não conseguem se socializar com ninguém; e aquelas que apresentam dificuldades muito sutis, quase imperceptíveis para a maioria das pessoas, inclusive para alguns profissionais. Estas últimas apresentam apenas traços do autismo, porém não fecham diagnóstico. (SILVA, 2012, p. 22)

De modo geral, essa gama de comportamentos que se engloba dentro do espectro é o que vai definir se a pessoa é autista, o que não significa que todo indivíduo com TEA demonstre todas essas características e com a mesma intensidade, conforme Silva (2012). Alguns terão mais prejuízos nas três principais características que são: dificuldades de comportamento, de interação social e comunicacionais, outros terão apenas alguns traços. Por isso, a necessidade de serem avaliados por toda uma equipe multiprofissional, devido a essa variedade de manifestações.

## **DIFICULDADES DOS PROFESSORES NO PROCESSO DE INCLUSÃO DO ALUNO COM TEA**

Os professores possuem grandes dificuldades para incluir alunos com TEA dentro do espaço escolar, muitos não conseguem identificar as características desse transtorno neurológico, deixando ainda mais a desejar, excluindo algumas oportunidades para esse educando. Sabendo que o conhecimento e o envolvimento do professor são de muita importância na vida da criança, é necessário que a escola esteja preparada, com profissionais capacitados nesse espaço. Porém, a realidade das escolas no Brasil hoje é bem difícil, existindo muitos profissionais com tão pouco e muitos não possuindo nenhuma formação voltada para a educação especial. Observa-se que muitos professores desejam ter essa formação para ajudar no desenvolvimento de alunos com deficiência, só que o principal fator é a falta de capacitações ofertadas na área. Dessa forma, fica claro que ainda necessita, e muito, de investimentos para os profissionais da educação, responsabilizando o papel do Estado em ofertar formações para os profissionais. O que realmente precisa é fazer valer a obrigatoriedade constante na Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996, incluído a Lei nº 12.796, de 2013, na qual diz que a “União, o Distrito Federal, os Estados e os Municípios, em regime de colaboração, deverão promover a formação inicial, a continuada e a capacitação dos professores.” (BRASIL, 2013).

Nesse sentido, fica claro que um dos motivos que coopera na falha da inclusão é a falta de formação continuada, mas ainda se pode observar que essa não seja o único motivo desse grande problema, mas também a motivação dos profissionais que já atuam na educação, colocando desculpas de já estarem cansados e querendo apenas esperar por sua aposentadoria. Esses professores juntamente com toda a equipe escolar precisam entender o tamanho da importância que cada um tem na vida desses alunos e de seus familiares. Dessa forma, é necessário que ocorram incentivos dentro dessas instituições de ensino, levando os educadores a criarem projetos que busquem um ensino de qualidade e espaço apropriado para receber essas crianças.

Outro desafio encontrado em muitas escolas atualmente é conseguir o professor de apoio para o aluno autista. Algumas delas não vão atrás para que esse profissional seja contratado, somente para evitar as burocracias que são exigidas pelas secretarias estaduais ou municipais, pois já que esse aluno é um autista leve, consegue aprender e segue a rotina da turma sem muitos comprometimentos. Ainda, em outras escolas, acontecem de fazerem as solicitações desses professores, mas passam meses e meses e não são respondidas. Entretanto, sabe-se que, o professor de apoio é de extrema importância e necessidade para auxiliar o aluno com TEA nesse processo de inclusão e aprendizagem, sendo também um direito assegurado pela Lei 12.764/2012, conforme estabelece a Política Nacional de Proteção dos Direitos da pessoa com Transtorno do Espectro do Autismo (TEA), que determina que os autistas têm o direito de ter um acompanhante especializado nas salas de aulas. Esse acompanhamento deve ser de um professor especializado ou professor auxiliar, com o papel de atuar juntamente com a equipe pedagógica e com professor regular, para juntos definirem as estratégias que serão utilizadas para que o estudante tenha acesso ao aprendizado das disciplinas e das formas de avaliação que permitam que a aprendizagem seja efetiva. Compete também ao professor de apoio, auxiliar nos momentos de higiene, alimentação e locomoção, contribuindo de maneira geral para facilitar a acessibilidade do aluno com autismo no espaço escolar.

Em suma, é preciso que a escola mude suas concepções pedagógicas reformulando projetos que desenvolvam novas estratégias para lidar com o TEA, e, assim, inserir ações práticas e de conscientização dentro do próprio Projeto político pedagógico (PPP) da escola, na busca de resolver as necessidades educativas especiais e sociais de seus alunos. Conforme menciona Kelman *et al.* (2010, p. 226) “Compete à escola adaptar-se para atender às capacidades e necessidades do estudante na classe comum, mobilizando ações e práticas diversificadas que, além do acesso, propicie condições de permanência exitosa no contexto escolar.”

## **INCLUSÃO ESCOLAR DE ALUNOS COM AUTISMO: PAPEL DA FAMÍLIA, DOS PROFESSORES, DA ESCOLA E DAS AUTORIDADES**

É notório que, quanto mais cedo os pais conseguirem perceber atitudes diferentes em seus filhos, precisam buscar identificar, juntamente com um especialista na área, como, por exemplo, o psiquiatra, qual é a deficiência e, logo após o resultado específico, seja ela caracterizada por TEA ou qualquer outra, os pais precisam ter a consciência da importância que se faz em aceitar as peculiaridades existentes na vida dos filhos, pois a partir do momento em que há o aceite por partes de todos os familiares, a vida da criança se torna diferente em todos os aspectos. Assim, ao invés da família tentar esconder essa realidade, irá procurar caminhos que ajudem a melhorar a interação do indivíduo na sociedade.

Sabe-se que ainda existem casos desconfortáveis em alguns lares, em que pais percebem que seu filho é diferente e evitam procurar determinada ajuda, por medo de discriminação ou até por não quererem ter um filho diferente aos olhos da humanidade tornando difícil a vida de seu próprio filho que necessita de cuidados especiais e ajuda na reabilitação de sua interação ao seu redor. Esse processo vem agregar pontos positivos na recuperação física e psicológica da pessoa com TEA. “A reabilitação é um processo dinâmico e global orientado para a recuperação física e psicológica do indivíduo com deficiência, tendo como objetivo a sua reintegração social.” (BATISTA, 2012, p. 3). Essa reabilitação ocorrerá quando a família reconhecer e aceitar as necessidades físicas e intelectuais de seu filho, sendo que procurará ajuda, investindo em terapias e atividades coordenadas por profissionais especialistas na área, bem como, realizar parcerias com a escola, caminhando juntos na busca de desenvolver atividades lúdicas que chamem a atenção da pessoa com TEA a participar, tanto no espaço familiar como no espaço escolar, despertando no indivíduo a vontade de se socializar. É preciso que as pessoas que participam da vida dessa criança procurem sempre que necessário fazer capacitações que ajudem nesse processo.

A inclusão escolar de alunos com autismo é um papel não somente da escola, mas também da família do aluno, pois ela precisa estar ciente de que deve colaborar com informações e até mesmo com recursos para os professores nessa jornada com seu filho. Deve mostrar caminhos que ajudem os profissionais da educação a entender melhor a rotina, desejos, capacidade e dificuldades que a criança enfrenta em casa. Precisa, ainda, deixar claro, que seu filho não está buscando atendimento apenas em atividades dentro da educação, mas também atividades que envolvem os profissionais da saúde, especialistas que podem ajudar com intervenções para o desenvolvimento da fala, da postura, do físico e em muitos outros fatores que atrapalham a vida emocional do TEA.

O aluno com TEA apresenta características variadas que comprometem, desde as suas relações com outras pessoas à sua linguagem, necessitando de apoio no seu processo de ensino-aprendizagem.

Depois da determinação da Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva Brasil (2008), houve um aumento significativo de alunos com TEA nas escolas regulares. Por meio dessa política, além de estarem matriculados na escola regular, devem receber Atendimento Especializado (AEE) no contraturno.

A Lei nº. 12.764, de 24 de dezembro de 2012, trata da Política Nacional de proteção dos Direitos das Pessoas com Autismo, e reafirma o compromisso do governo, da sociedade e dos pais, de fornecer, através de um conjunto de práticas e ações, total atenção a essas pessoas, visando a sua inclusão social e sua cidadania, também a proteção e a superação de barreiras em todas as instâncias sociais.

Em vista disso, a Educação, sob responsabilidade do Estado, da família e da comunidade, deve planejar e articular ações que promovam a inclusão plena dos alunos na sociedade e também no sistema educacional. Oliveira (2009, p. 32) aponta que,

[...] a política inclusiva objetiva oportunizar a educação democrática para todos, considerando ser o acesso ao ensino público de qualidade e o exercício da cidadania um direito de todos; viabilizar a prática escolar da convivência com a diversidade e diferenças culturais e individuais, e incluir o educando com necessidades educacionais especiais no ensino regular.

Percebe-se que, muitos profissionais possuem um grande receio em receber crianças com alguma deficiência por não conhecerem e até mesmo não quererem aprofundar-se nas necessidades que se encontram no espaço educacional, mas uma das necessidades mais preocupantes a ser trabalhada é o autismo, pois, como todos sabem, uma criança autista possui várias dificuldades para se interagir no nosso mundo, havendo dificuldades na fala, na visão, na percepção que é completamente diferente da dos outros colegas, enxergando o mundo de uma outra forma. No entanto, se o professor não estiver preparado para essa realidade, pode ser ineficaz como mediador do conhecimento para esse aluno e, dessa forma, contribuir para que ele regreda em suas necessidades. Nesse sentido, quem sofre com todo esse despreparo é a criança com o espectro. Por isso, hoje, sente-se a necessidade de se observar e estudar mais esse assunto dentro dos espaços escolares, no sentido de que os profissionais da área venham ter maior preocupação e desejo de se especializarem na educação especial, para desenvolverem um dos principais fatores na vida dessas crianças, que é a inclusão.

Percebe-se que o ambiente escolar, como uma instituição da sociedade tem o dever de adaptar e proporcionar aos alunos autistas a oportunidade de conviver socialmente. E para que isso aconteça é necessário que a comunidade escolar, principalmente os professores tenham conhecimento do que é autismo, mas na maioria dos casos encontramos professores despreparados e alheios ao assunto. (KELMAN *et al*, 2010, p. 226)

Muitos professores por não conhecerem o assunto, recebem alunos em sua turma que aparentemente estão bem, todavia, se analisar a fundo, talvez desconfie e até faça um pré-diagnóstico de determinado aluno. É claro que o professor não substitui o profissional da área, ou seja, o psiquiatra. Porém, é esse olhar crítico do professor, que auxiliará a família a detectar as características demonstradas pela criança, contribuindo para um possível diagnóstico clínico feito pelo médico, que são definidos por um conjunto de comportamentos que variam em grau e gravidade.

Indivíduos com dificuldade de socialização, de comunicação, com certa tendência à repetição e serem metódicos podem apresentar o transtorno do TEA. Cabe à escola também fazer as observações necessárias, até mesmo pelo fato de a criança passar a maior parte de seu tempo dentro desse ambiente. Isso implica numa responsabilidade ainda maior para o professor regente da sala, pois todo professor precisa ser atencioso com seus alunos. Ao notar diferença de comportamento de certo aluno com os demais da sua idade, a escola deve comunicar a família e posteriormente orientá-la a procurar equipes especializadas na área como: neurologistas, psiquiatras, psicólogos, entre outros, os quais deverão seguir com os tratamentos adequados que levem a um diagnóstico exato.

Esse resultado contribuirá para a família e escola entenderem melhor qual é realmente a necessidade específica da criança, ajudando essas pessoas no interesse em querer aprender mais sobre o assunto. É preciso que os professores e todos os que fazem parte do espaço escolar percebam o tamanho da responsabilidade de suas ações, para que venham agregar atitudes de forma positiva na vida desses educandos, possibilitando uma qualidade de vida melhor para elas.

É perceptível que nem sempre os educadores recebem capacitações ofertadas pelo governo direcionado para a área do autismo, mas fica claro que no decorrer da caminhada e das necessidades encontradas dentro das escolas, é preciso que o profissional busque fazer capacitações particulares, sem pensar em prejuízos financeiros, mas com pensamentos que os façam enxergar os benefícios que



ganharão em sua vida profissional, e o bem que farão na vida das crianças com TEA, mostrando para a sociedade, não apenas prestação de serviço, e, sim, a qualidade desse serviço.

Os pais também têm papel fundamental no processo da qualidade de vida do seu filho, uma vez que podem buscar fazer parceria com a escola e, em especial, com o professor, levando-o, sempre que possível, nas terapias de seus filhos, palestras, entre outros movimentos que os levem a entender e a lidar melhor com esse transtorno. A família e os professores precisam andar juntos na reabilitação e estimulações da criança com TEA, para que desenvolva no indivíduo, autonomia para conseguir desenvolver suas atividades em seu dia a dia, pois quando ocorre a participação família e escola, cria-se um momento ímpar para o crescimento da pessoa autista.

Toda a equipe escolar faz parte desse processo de inclusão, por isso, deve sempre estar conversando com alunos, pais e a comunidade em geral sobre a importância que existe em ajudar essas crianças e seus familiares, com o objetivo de melhorar o desenvolvimento social do autista, pois a pessoa com autismo tem grande possibilidade de ter plena participação da vida em sociedade e, se receber as intervenções necessárias desde cedo, maiores serão as possibilidades de realizar atividades comuns, tanto na escola, como em qualquer outro lugar onde estiver inserida. Então é necessário que as instituições de ensino ofereçam palestras e oficinas na comunidade mostrando as diversidades que existem hoje em nosso mundo, motivando as pessoas a entenderem que esses transtornos neurológicos não são doenças transmissíveis, ou ações adquiridas por certos impactos físicos, mas uma ação neurológica do cérebro, que pode acontecer com qualquer um e em qualquer família.

Após receber um aluno autista, o primeiro passo para incluí-lo é certamente o “conhecimento” (SILVA, 2012, p. 79). Com isso, o educador deve conhecer bem o aluno, suas peculiaridades e necessidades, encontrar formas de conquistá-lo para posteriormente intervir com as práticas pedagógicas. Dessa forma, a melhor maneira de conhecer bem esse aluno é relacionar-se com a família para coletar informações sobre a criança no decorrer da conversa. É importante também, conhecer seu ambiente familiar, os desafios, as atitudes, enfim, tudo que auxilie para uma melhor aproximação tanto do aluno, como da família. A escola e os educadores precisam entender que em muitos casos os responsáveis por essa criança estão fragilizados, pois não é fácil lidar com a ideia de ter um filho com comportamentos diferentes, e quando chega o diagnóstico de autismo, no primeiro momento, os pais sofrem.

São muitas as dificuldades e questões que envolvem as famílias de autistas que precisam ser compreendidas pela escola de forma empática. Daí a necessidade de demonstrar parceria com essa família, e conquistar a confiança para uma relação bem próxima, dando total apoio, de modo que eles possam ajudar o filho a ser incluso dentro e fora da escola e para que saibam o quanto são importantes neste papel e no desenvolvimento integral de seu filho. Além disso, é preciso saber se esse aluno está em acompanhamento terapêutico, pois se estiver, a escola deve buscar manter contato com esses profissionais para trocarem informações e juntos trabalharem a melhor maneira de estimulá-lo. Caso a família afirme que o filho não recebe essas terapias, é papel da escola orientá-la a procurar os órgãos competentes para que o aluno consiga essa ajuda multiprofissional, que são os psicólogos, fonoaudiólogos, terapeutas ocupacionais, nutricionistas, entre outros, pois essa ajuda é um direito do autista e, se garantido, vai implicar em melhorias de condição de vida e de aprendizagem, contribuindo assim para o trabalho do professor em sala de aula.

É fundamental que a escola como um todo se reinvente para que ofereça as melhores condições, contribuindo para que a criança venha realmente a aprender de acordo com suas necessidades e limitações. Silva (2012, p. 75) contribui, com o seguinte pensamento.

O desempenho escolar das crianças com autismo depende muito do nível de acometimento do transtorno. As crianças com nível mais grave de autismo podem apresentar atraso mental e permanecer dependente de ajuda. As crianças com autismo leve ou somente com traços autísticos, na maioria das vezes, acompanham muito bem as aulas e os conteúdos didáticos-pedagógicos.

Em muitas escolas regulares, é comum observar o aluno que possui o TEA em grau leve, com o esforço dos professores, consegue acompanhar normalmente a rotina da escola, mesmo com suas limitações, pois com o acompanhamento multidisciplinar e da família, a escola consegue fazer com que esse aluno cresça e se desenvolva em termos de aprendizagem e principalmente de socialização. Em relação ao grau de maior comprometimento existe um maior cuidado, uma melhor preparação para adaptar os conteúdos e forma de avaliar esse aluno, porém, não é impossível o desenvolvimento deste. Tanto que Cunha (2016, p. 15), ressalta:

O aluno aprende. O aluno com o transtorno do espectro autista aprende (...). A aprendizagem é característica do ser humano. O ensino e aprendizagem são dois movimentos que se ligam na construção do conhecimento. É uma construção dialógica e não interpretativa; expressão imanente da nossa humanidade, que abarca também o aprendente com autismo.

Seja qual for o grau de TEA que tiver o aluno, a aprendizagem é inata ao ser humano, o que existem são formas diferentes de aprender e ensinar. Todo aluno com necessidades especiais tem capacidade de aprender, mesmo sendo a longo ou a curto prazo. Se o método utilizado pelo professor for eficaz, os resultados desse trabalho não serão em vão. Deve ser levado em consideração também, o currículo, pois deve atender às necessidades desses alunos, conforme destaca Correia, (2008, p. 47):

Capacitar os professores e as escolas a trabalhar com um currículo que responda a estas exigências é, pois, o grande desafio que se coloca à própria escola e aos serviços de apoio. Planificar a aprendizagem e a participação de todos os alunos sem recorrer a respostas estereotipadas e pré-definidas, procurar as melhores formas de adaptar ou modificar o currículo à diversidade das necessidades dos alunos, trabalhar em articulação com outros profissionais ou serviços, promover a colaboração e partilha de informações e experiências entre professores, dinamizar a produção de materiais curriculares, a observação mútua de aulas, a emergência de parcerias pedagógicas, incentivar a experimentação e inovação pedagógica.

O autor citado acima, menciona sobre a importância das formações continuadas e capacitações dos professores para atender os alunos especiais, de forma que estejam bem preparados, em direção a vencer o desafio da prática inclusiva atendendo a todos os alunos independentemente de suas diferenças e potencialidades. Destaca-se também a necessidade de um trabalho interdisciplinar entre os profissionais envolvidos para favorecer o processo educativo na sala de aula.

O principal passo para a inclusão social começa dentro da escola, a qual precisa perceber que não pode ficar esperando que o aluno adapte suas necessidades a ela, ao invés disso precisa flexibilizar a rotina, o ambiente e o ensino para que a criança autista aprenda e não somente esteja inserido na escola, porque isso não é incluir, mas é apenas integrar e o objetivo é muito maior do que isto. A inclusão consiste em o professor conseguir ensinar para o aluno aquilo que ele precisa aprender, da melhor forma possível, levando em consideração suas limitações. Além disso, trabalhar todo o ambiente escolar para que não somente o aluno que está sendo incluso seja beneficiado, mas todos à sua volta, de forma que se tornem adultos mais empáticos, acolhedores e que saibam lidar com as diversidades. Esse é o verdadeiro conceito de inclusão, e o professor tem um papel fundamental na tarefa de quebrar as barreiras para que ela aconteça. Ele precisa antes de tudo, estar motivado, capacitado e principalmente acreditar que a inclusão existe e que ele pode construí-la, pois ela é uma construção, não acontece em um dia nem em uma semana. É todo um conjunto de parcerias e práticas entre escola, família e terapeutas, que juntos traçarão a melhor forma do aluno com TEA aprender e ser incluso. Esta é a base inicial.

## **METODOLOGIAS E RECURSOS PEDAGÓGICOS NO PROCESSO DE INCLUSÃO DO ALUNO - TEA**

Partindo do pressuposto que cada pessoa com TEA é diferente uma da outra, pois, apesar de comportamentos comuns, nenhuma é igual a outra, é necessário conhecer bem o aluno que possui essa condição, para a partir daí planejar a metodologia que melhor se adequa para ele. É preciso antes de tudo, um estudo dessa criança, uma análise de como ela aprende, depois disso, o professor irá criar uma forma de ensiná-la da maneira mais adequada, ou seja, em vez de ensinar da forma tradicional, o educador irá aprender com seu aluno como ele aprende, para então formular suas estratégias de ensino.

Com relação à determinação de metodologias através de um caminho específico, análise de conteúdo e didática, segundo o Ministério da Educação,

Há que se levar em conta as escolhas do professor para ensinar e as do aluno para aprender. Essas escolhas não são espontâneas, aleatórias, mas demandam decisão, seleção de um caminho de aprendizagem, de uma metodologia de ensino, do uso de recursos didáticos pedagógicos. Da parte do aluno, essa escolha é mais limitada, pois o professor, por mais que seja aberto e acessível ao modo de aprender do aluno, não está ensinando individualmente, mas desenvolvendo um trabalho pedagógico coletivamente organizado, que tem limites para essas diferenças. (MEC, SEED, 2007, p.7)

Dessa forma, o educador deve fazer um levantamento criterioso, feito através de observação e avaliação do educando, oriundos das necessidades de cada um, promovendo um alicerce para um bom planejamento e desenvolvimento de ensino adequado ao seu aluno com TEA para que esse seja incluso em sala de aula e em todo o ambiente escolar.

Outro aspecto muito importante para o processo de inclusão do aluno com autismo é conquistar a sua confiança, estabelecendo uma boa relação com essa criança dentro do ambiente escolar. O primeiro passo para isso é falar sobre os interesses dele. Como os autistas possuem interesses restritos por algum assunto ou determinado personagem, o professor pode ir instigando a conversar e ajudar a desenvolver habilidades como a comunicação e principalmente a socialização.

Ao falar com a criança com TEA deve-se dirigir a ela de forma clara e objetiva, ou seja, encurte as sentenças. Por exemplo, ao invés de falar “você poderia pegar aquele lápis pra mim, por favor?” seria melhor que dissesse: “pegue o lápis para mim.” Porque nesse último caso a frase está mais específica, facilitando assim o entendimento. Além disso, ao conversar com a criança e ao ensiná-la, é imprescindível que faça o uso de estímulos visuais. Sempre que possível, ao falar de um assunto, mostre o objeto concreto ou faça o uso de figuras que se refira àquilo que está sendo dito e dê ao aluno, tempo de resposta, pois pode ser que ele demore um pouco mais para processar algumas informações. Com isso, o professor precisa demonstrar tranquilidade para que seu aluno autista possa pensar, sentir-se seguro e então responder aos estímulos. Dessa forma, o educador consegue criar um vínculo de confiança com o aluno e partir para aplicações de metodologias pedagógicas para a efetiva inclusão.

Para tornar esse processo satisfatório, é preciso que sua metodologia seja iniciada com a redução do número de alunos por turma, de forma que o professor possa oferecer a assistência necessária, bem como devem ser criadas rotinas de trabalho, incluindo a arrumação da sala, a forma de escrever na lousa, entre outros, pois autistas irritam-se com quaisquer mudanças bruscas. Essas metodologias requerem uma nova posição do educador, uma vez que ele passa a ser também um pesquisador de novas estratégias que deverão ser usadas em sala de aula. O professor precisa não só querer alfabetizar o aluno autista, como também desenvolver nele uma total socialização em grupo, estimulando-o na convivência com os demais no espaço escolar.

Existem vários recursos que podem auxiliar os educadores no processo de inclusão, como por exemplo “o quadro de rotina visual”, com as atividades do dia, demonstrando para a criança a sequência, para que ela tenha uma previsibilidade, o que a ajuda a ficar mais calma e menos ansiosa, sabendo o que vai acontecer em cada momento.

Em casos de autistas que não são verbais, os recursos mais utilizados e eficazes são o uso de figurinha, conhecido como método PECS, que é a comunicação através de figuras que indicam uma ação. Com ele, o professor pode ter a sequência de figurinhas que indicam coisas que seu aluno gosta de fazer ou que ele pode vir a pedir, como: comer, ir ao banheiro, beber água, entre outras. Deve se ensiná-la a apontar o que ela quer na figura e depois dar a ela. Todos são recursos simples que evitarão possíveis crises e irritação se ele não conseguir se comunicar.

Pesquisas científicas apontam que uma das melhores estratégias para ensinar uma criança com TEA é através da ludicidade, pois é brincando que a criança aceita as regras próprias da brincadeira e assume papéis, executando criativamente, tarefas que ainda não está apta na realidade. Se assim os professores fizerem, estarão proporcionando a flexibilidade e expansão do pensamento, a curiosidade pelo novo, a criatividade e a expressividade.

Nesse ambiente lúdico, ela se sente segura para desenvolver habilidades sociais e formar novas conexões neuronais (não importa a idade), é o aprender brincando. Vygotsky (1984) argumenta que o brincar é uma atividade fundamental ao desenvolvimento psíquico da criança e enfatiza a brincadeira imaginativa ou jogo de papéis. Para ele, essa forma de jogo surge num momento em que a criança pequena vivencia “tendências não realizáveis”, quando ela busca a satisfação de forma imediata, mas se depara com limites da realidade, e no brincar essa satisfação se torna possível. Os jogos e as brincadeiras são importantes ferramentas que auxiliam no desenvolvimento de habilidades, que estimulam as crianças com autismo a

desenvolver habilidades como o raciocínio lógico, interação social, comunicação, coordenação motora, apropriação de regras sociais, entre outras.

Contudo, é indispensável para aprendizagem da criança que o professor faça o planejamento dessas atividades lúdicas, observando o que a criança precisa aprender e selecionando os jogos e brincadeiras que vão ajudar na aquisição de tais habilidades necessárias. A partir das intervenções contidas no planejamento, é possível inserir jogos que estimulem as operações mentais; jogos de comparação; jogos de classificação; jogos de seriação; jogos de associação, jogos discriminativos, entre outros. Por exemplo, o jogo “cara a cara” tem o objetivo de estimular o raciocínio lógico, indutivo e o reconhecimento de expressões e características. Se a criança autista tiver dificuldades como essas, esse jogo poderá ser uma ferramenta de intervenção. Outra atividade muito eficaz para treinar o cérebro, é o “Sudoku”, ele é um jogo de lógica, onde é necessário criar estratégias para colocar os números faltantes na tabela 9x9. O posicionamento dos números leva em conta algumas regras para alcançar o objetivo final, o que provoca nos alunos a necessidade de compreender as regras e comandos. Além desses, tem o “Tangram”, um recurso muito utilizado nas escolas para realizar atividades de exploração livre (formas, texturas, tamanhos). Através desse jogo, a pessoa com TEA pode construir diferentes figuras, ao mesmo tempo em que aprende a identificar formas geométricas e aguça sua criatividade.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Por meio deste estudo foi possível perceber a grande necessidade que ainda há de se conscientizar os professores e pais sobre a importância da inclusão do TEA nos espaços escolares, bem como de levá-los a refletirem e preocuparem-se com esse fator.

Por meio de pesquisas realizadas sobre o assunto, é notável a grande dificuldade vivida hoje nas escolas e nos lares para incluir de fato o aluno com TEA, pois muitos professores que estão na docência não conhecem ainda o que seja autismo e tampouco são especializados na área. Percebe-se também, que muitos familiares ainda não conhecem a real definição, significado e importância do assunto, dificultando o processo de ensino e aprendizagem do indivíduo. Evidencia-se que a família também precisa de acompanhamento e formações, para que venha lidar melhor com o seu próprio filho, pois ela tem o papel fundamental na vida e no desenvolvimento das crianças com o autismo, uma vez que o trabalho dos pais em casa possibilita maior confirmação do trabalho que é realizado pelos profissionais que fazem atividades específicas e terapias. Portanto, os pais têm a responsabilidade de dar continuidade nos exercícios, levando para casa um trabalho árduo, no sentido de participar ainda mais na vida da criança, sempre estimulando a desenvolver o afeto, a fala, entre outros fatores pertinentes ao espectro do autismo. Os pais precisam ter a responsabilidade em serem presentes no progresso do filho, buscando recursos e meios que venham possibilitar a interação da criança com TEA, pois elas, sendo trabalhadas desde o início, têm chances de terem maior autonomia, responsabilidade, afeto e muitas outras habilidades necessárias para a vida em sociedade, e, mesmo que carreguem no decorrer do dia a dia suas inúmeras dificuldades, essas crianças conseguirão enfrentá-las de forma mais segura e mais branda.

As autoridades também têm suas responsabilidades ao se tratar da criança com TEA. Seu papel é atribuir, promover e garantir oportunidades e investimentos na área da educação e também na formação de professores que trabalham com crianças

com esse transtorno no âmbito educacional (Escolas de ensino regular, APAES, entre outros espaços), ofertando maiores recursos para o trabalho com essas crianças.

Cabe ainda às autoridades fornecer e assegurar leis que venham beneficiar essas crianças e garantir seus direitos, levando para o convívio e a rotina desses estudantes a possibilidade de conseguir desenvolver suas necessidades de forma adequada, com acompanhamentos de diferentes profissionais da saúde, para que possam trabalhar cada particularidade existente na vida da criança, uma vez que elas precisam de um olhar mais criterioso pelas autoridades, que possam enxergar que as maiores deficiências são a falta de amparo e de respeito com o autista e sua família, sendo perceptível a negação e privatização dos TEA, em participar de forma segura e integral dentro do meio social em que estão inseridos.

Em síntese, sabe-se que as condições para que realmente haja a inclusão do aluno com autismo são muitas, como: o conhecimento real do transtorno, o empenho da família, da escola e também das autoridades, principalmente o esforço de cada professor em buscar formações por si só, uma vez que as especializações não são tão ofertadas como deveriam. Mas, isso não impede que através dos recursos virtuais, das tecnologias, que os professores participem de cursos e façam seus estudos nesta área, buscando cada vez mais se aprimorarem como educadores e darem o seu melhor em sua profissão. Se todas essas condições forem cumpridas, a inclusão poderá acontecer e o aluno com TEA não será o único beneficiado com isso, mas todos os envolvidos na sala de aula e no espaço escolar, bem como a família.

Essa pesquisa bibliográfica não se esgota aqui, mas servirá como fonte para outros trabalhos.

## REFERÊNCIAS

APA (American Psychiatric Association). Transtornos mentais. DSM-V. *In*: APA (American Psychiatric Association). **Manual diagnóstico e estatísticos de transtornos mentais**. 5. ed. Porto Alegre: Artmed, 2014.

BATISTA, Cristina Abranches Mota. Deficiência, autismo e psicanálise. **A peste: Revista de Psicanálise e Sociedade e Filosofia**. v. 4, n. 2, 2012. Disponível em: <https://1library.org/document/qvx2rn0y-a-intervencao-psicopedagogica-para-inclusao-de-uma-crianca-autista-na-educacao-infantil.html>. Acesso em: 10 maio 2018.

BELISÁRIO FILHO, J. F. CUNHA, P. **A educação especial na perspectiva da inclusão escolar: transtornos globais do desenvolvimento**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial, 2010.

BOSA, Cleonice. Autismo: atuais interpretações para antigas observações. *In*: BOSA, Cleonice. **Autismo e educação: reflexões e propostas de intervenção**. Porto Alegre: Artmed, 2002.

BRASIL. **Decreto 6.949, de 25 de agosto de 2009**. Promulga a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo, assinados em Nova York, em 30 de março de 2007. Disponível em [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2009/decreto/d6949.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/decreto/d6949.htm). Acesso em: 24 maio 2018

CUNHA, EUGÊNIO. **Autismo na escola**: um jeito diferente de aprender, um jeito diferente de ensinar – ideias e práticas pedagógicas. 4. ed. Rio de Janeiro: Wak Editora, 2016.

GESCHWIND, D.H. Advances in Autism. **Annual Review of Medicine**, v. 60, p. 367-380, 2009.

KELMAM, C. A. *et al.* **Desenvolvimento Humano, educação e inclusão escolar**. Brasília: Editora UnB, 2010.

LDBEN- lei nº9394. **Lei de diretrizes e base curricular**. Disponível em: <https://presrepublica.jusbrasil.com.br/legislacao/109224/lei-de-diretrizes-e-bases-lei-9394-96>. Acesso em: 10 maio 2018.

OLIVEIRA, Ivanilde Apoluceno de. Política de educação inclusiva nas escolas: trajetórias e conflitos. *In*: JESUS, Denise Meyreles de *et al.* **Inclusão, práticas pedagógicas e trajetórias de pesquisa**. Porto Alegre: Mediação, 2009.

ORRÚ, E. S. **Autismo, linguagem e educação**: interação social no cotidiano escolar. Rio de Janeiro: Wak, 2012.

SECRETARIA DE ESTADO E EDUCAÇÃO DO PARANÁ. **Departamento de Educação Especial. Material para grupo de Estudo: Área da Deficiência Física Neuromotora**. Curitiba: SEED, 2007.

SILVA, Ana Beatriz Barbosa *et al.* **Mundo singular**: entenda o autismo. Rio de Janeiro: Fontanar, 2012.

VALLE, T. G. M.; MAIA, A. C. B. **Aprendizagem e comportamento humano**. São Paulo: Cultura acadêmica, 2010.

VIGOTSKY, L. S. **A formação social da mente**. São Paulo: Martins Fontes, 1984.